

**Mais ECA, menos redução da maioria penal!****More ECA, less than reduction of criminal majority!**

Recebimento dos originais: 16/05/2018

Aceitação para publicação: 27/06/2018

**Quézia Minelli Costa da Silva**

Assistente Social formada pela Universidade Federal do Amazonas

Instituição: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Endereço: Rua Feliciano Costa, 39-B - Bairro Nossa Senhora das Graças, Manaus- AM, Brasil

E-mail: quemdcs@gmail.com

**Marcelo Mario Vallina**

Mestre em Serviço Social pela UFRJ

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Endereço: Rua Rio Juruá N. 7 Ap. 201, Bairro Nossa Senhora das Graças, Manaus-AM, Brasil

Email: mmvallina@gmail.com

**RESUMO**

O presente trabalho visa analisar, a partir dos dados do SINASE, alguns dos argumentos mais utilizados pelos neoconservadores no debate sobre a redução da maioria penal, de forma a mostrar que esses argumentos não podem ser sustentados racionalmente e só se fazem inteligíveis no contexto de um ataque político e ideológico à constituição federal de 1988, onde o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA se transforma num dos alvos preferidos

**Palavras-chave:** Adolescentes; Ato infracional; Maioridade Penal.

**ABSTRACT**

The present work aims at analyzing, from the SINASE data, some of the arguments most used by neoconservatives in the debate on the reduction of criminality, in order to show that these arguments can not be rationally sustained and only become intelligible in the context of an attack Political and ideological to the 1988 federal constitution, where the Statute of the Child and Adolescent - ECA becomes one of the preferred targets

**Keywords:** Adolescents; Infraction act; Criminal majority

**1 INTRODUÇÃO**

A proposta de redução da maioria penal é discutida no Brasil há mais de duas décadas. No Senado existem cerca de 10 projetos tramitando sobre a temática e todos sustentam que o objetivo da redução é ser mais rigorosos com as crianças e adolescentes que cometem ato

infracional. Por sua vez, na Câmara dos Deputados, tramitam mais de 20 projetos de lei que visam a alteração de artigos do ECA referentes às medidas socioeducativas. A quantidade de projetos em andamento é uma mostra clara do projeto neoconservador que vêm se articulando no país no século XXI e que se apresenta como uma tentativa de derrubada do projeto de proteção integral instituída nos anos oitenta e noventa do século passado.

O projeto neoconservador teve uma vitória importante quando em 16/06/2015 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, após mudanças no texto original, foi aprovada, a nova emenda constitucional prevê a redução da maioridade penal de dezoito anos para dezesseis anos em caso de crimes hediondos:

O relatório do deputado Laerte Bessa (PR-DF) prevê punições somente aos jovens que cometeram crimes hediondos (como latrocínio e estupro) homicídio doloso (intencional), lesão corporal grave, seguida ou não de morte, e roubo qualificado (com emprego de arma ou participação de dois ou mais agentes). (PASSARINHO apud G1.GLOBO, 2015).

A defesa da redução da maioridade penal se sustenta nos projetos no congresso nacional com o argumento de que a sua diminuição permitiria reduzir a criminalidade e, conseqüentemente conceder maior segurança à sociedade. Esta posição é amplamente propagandeada pela imprensa através geralmente após algum caso de crime violento por adolescentes.

A mudança na Constituição Federal, acarretará também a necessidade de reformular o ECA, uma vez que sua construção e elaboração foi baseada na doutrina proteção integral até os dezoito anos incompletos. Portanto, a aprovação da redução da maioridade como destaca Sposato é “[...] um enorme retrocesso no atual estágio de defesa, promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil” (2004, p.8).

Se à diminuição da maioridade penal se acrescenta a falta de estrutura do sistema penitenciário brasileiro, a situação para os adolescentes se agravará muito dado que a história das prisões parece se manter constante no país, quando observamos que entre o Massacre do Carandiru em 1992, com a morte de 111 detentos e o Massacre de Manaus em 2016, com mais de oitenta mortos momento, não parecem ter mudado em nada nos últimos 24 anos.

No cenário mundial, o Brasil ocupa o quarto lugar em número de pessoas encarceradas com um total de 622.202, enquanto outros países que investem em penas alternativas com caráter educativo, se posicionam muito melhor neste ranking, sem dúvida a redução da maioridade penal aprofundará este quadro e fortalecerá o crescimento do Estado penal em detrimento das políticas de direitos.

Frente a este panorama sombrio, o que este trabalho se propôs foi analisar os argumentos neoconservadores que propiciaram a redução da maioridade penal partir dos

levantamentos do SINASE de 2010, 2011, 2012 e 2013 no Brasil e especificamente na região Norte. O SINASE realiza a cada ano um levantamento dos adolescentes em conflito com a lei nas cinco regiões brasileiras e elabora relatórios anuais, que tem como finalidade acompanhar o atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Os relatórios anuais do SINASE permitem conhecer os números nacionais referente aos adolescentes atendidos, proporção entre internos e população total de adolescentes, número de unidades socioeducativas distribuídas pelas regiões brasileiras e tipologia dos atos infracionais, etc. É com bases nesses dados que tentaremos elaborar um diagnóstico da situação nacional e regional dos adolescentes que cometeram ato infracional pretendendo mostrar que, os argumentos apresentados pelos neoconservadores não têm a menor fundamentação nos dados concretos da realidade e sim numa construção ideológica que deveria ser melhor estudada.

## **2 OS ANTECEDENTES DOS ARGUMENTOS NEOCONSERVADORES**

No Brasil, o sistema de acolhimento a crianças e adolescentes construiu, ao longo do século XX, uma forte tradição no sentido de tratar as crianças e adolescentes abandonadas e/ou em conflito com a lei através do estabelecimento de uma cultura da institucionalização, especialmente em relação aos mais pobres. Esta tradição vai desde o Estado Novo de Getúlio Vargas que aprofundou as práticas higienistas e repressoras na área da infância e juventude tomando como principal instrumento a internação em casos de contenção e atendimentos aos destituídos de status social (Dias e Silva, 2012) até a longa ditadura empresarial-militar instaurada em 1964 que criou a tristemente celebre Fundação de Bem-Estar do Menor - FUNABEM que ao igual que o Serviço de Atendimento ao Menor de Vargas tornara-se uma fábrica de criminosos e/ou estigmatizados, e cuja imagem de periculosidade teve fundamental influência a grande imprensa, que ao mesmo tempo que denunciava a decadência do sistema ressaltava a grau de periculosidade dos adolescentes internados, culpabilizando-os pela sua situação.

Na década de 1980, período de crise da ditadura e de avanço das forças progressistas, esta forte tradição repressiva e de controle social sobre os pobres dará passo a uma transformação na forma de compreender a problemática que implicará na construção da doutrina da proteção integral instituída na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, onde são claramente estabelecidas as medidas socioeducativas para os adolescentes que cometem atos infracionais. O novo enfoque se enfrentará a um ataque sistemático desde o momento de sua criação, o que se aprofundará pela implantação de sucessivos governos de corte neoliberal.

A luta travada nesses mais de vinte e cinco anos o progressismo democrático tentou avançar implementado o estabelecido no ECA, como por exemplo o Conselho Nacional dos

Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA) como o principal órgão do Sistema de Garantia dos Direitos (SGD).

Em 2006 a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e o CONANDA, apresentarão o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), como forma de articular as ações dos diversos órgãos governamentais e não governamentais na perspectiva dos direitos humanos. O SINASE enquanto sistema integrado buscou articular os Governos Estaduais e Municipais, o sistema de Justiça e as políticas setoriais básicas, para assim assegurar a efetividade e eficácia das Medidas Socioeducativas.

O processo democrático e estratégico de construção do SINASE concentrou-se especialmente num tema que tem mobilizado a opinião pública, a mídia e diversos segmentos da sociedade brasileira: o que deve ser feito no enfrentamento de situações de violência que envolvem adolescentes enquanto autores de ato infracional ou vítimas de violação de direitos no cumprimento de medidas socioeducativas. (FUCHS, 2006, p.13).

Nesse sentido, o SINASE compõe a política pública destinada à inclusão dos adolescentes em conflito com a lei articulada aos distintos campos da política pública, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O papel articulador do SINASE foi apresentado como indispensável para a efetivação dos direitos básicos e sociais.

### **3 ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NAS REGIÕES BRASILEIRAS**

Os defensores da redução da maioridade penal argumentam que os adolescentes contribuem enormemente com o aumento da violência registrado no país nos últimos anos. Nesse sentido, a primeira das tarefas que se impõem é verificar mediante os dados do SINASE de 2010, 2011, 2012 e 2013, a influência dos atos infracionais de crianças e adolescentes nas regiões norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste do território brasileiro em relação ao total da população adolescente, o que nos permite ter uma dimensão do universo de adolescentes envolvido em atos infracionais qualquer que eles sejam, como vemos na tabela a seguir.

TABELA 1: Atos infracionais em proporção à população total de adolescentes por região e por ano.

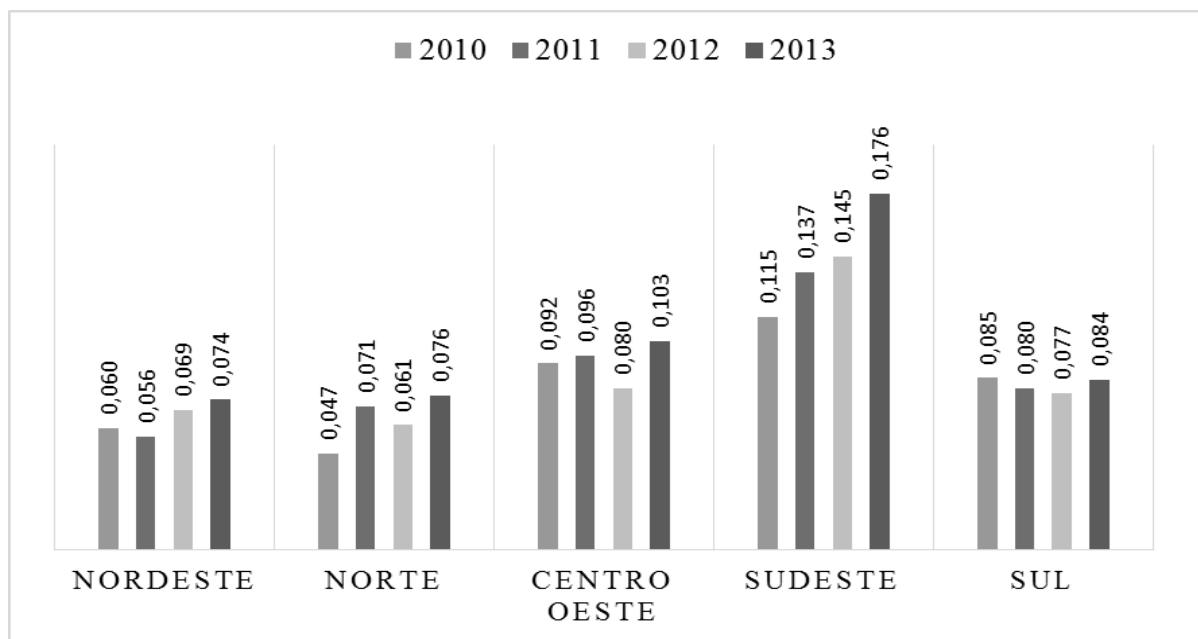
REGIÃO	POPULAÇÃO	2010	%	2011	%	2012	%	2013	
ADOLESCENTE									
NORDESTE	6.318.372	3.804	0,060	3.536	0,056	4.339	0,069	4.456	0,074
NORTE	2.057.753	974	0,047	1.459	0,071	1.064	0,061	1.554	0,076
CENTRO OESTE	1.523.429	1.401	0,092	1.458	0,096	1.212	0,080	1.575	0,103
SUDESTE	7.962.419	9.147	0,115	10.909	0,137	11.548	0,145	12.942	0,162
SUL	2.804.612	2.377	0,085	2.233	0,080	2.169	0,077	2.359	0,084
TOTAL	20.666.585	17.703	0,086	19.595	0,095	20.532	0,099	23086	0,112

FONTE: SINASE 2010; 2011; 2012; 2013/Elaboração própria.

Podemos assinalar que em termos gerais o percentual de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil não supera o 0,1% da população de adolescentes, só a região sudeste supera o 0,1%, nas demais regiões o índice é inferior. No entanto, apesar de insignificante em termos nacionais, se destaca uma leve tendência ao aumento dos atos infracionais em todas as regiões do país, independente do PIB per capita ou do IDH, regional. A região sudeste e região norte são as que apresentam, entre 2010 e 2013, maior crescimento, com taxas de 41,74 % e 61,70% respectivamente, Nordeste 23,33% e Centro Oeste 11,95% a região sul se mantém praticamente invariável entre esses anos.

As regiões sudeste e norte representam exemplos que indicam que o aumento na quantidade de atos infracionais, não necessariamente estão relacionados com os níveis de desenvolvimento econômico.

GRÁFICO 1: Percentual de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em relação ao total de adolescentes na região, por ano.



FONTE: SINASE 2010; 2011; 2012; 2013/Elaboração própria.

As crianças e adolescentes correspondem a 31.3% da população brasileira, e atualmente as taxas de mortalidade por causa externas são dramáticas, principalmente em casos de homicídios. Em 2010, nos dados do Mapa da Violência (2012), o Brasil atingiu 29.978 óbitos de crianças e adolescentes vítimas de violência, homicídios e causas externas, ou seja, a violência na sociedade brasileira matou um 50% a mais de crianças daquelas que cometeram algum tipo de ilegalidades, já que no mesmo ano, o SINASE, registrou 17.703 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, ou seja, percebe-se uma distância significativa entre o número de óbitos por violência e de adolescentes em medida socioeducativa. Dessa forma, parece que o problema se situa mais no ambiente de violência social, do que em características intrínsecas ou psicológicas das crianças e adolescentes.

Como destacamos, no ano de 2013 houve aumento, em todas as regiões, dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa. Em primeiro lugar, a região Sudeste com um percentual de 0,176%, seguido pela região Centro-Oeste com 0,103%, a região Sul com 0,084%, a região Norte com 0,076% e a região Nordeste com 0,074%. É importante notar que apesar do aumento geral, as regiões mais pobres, norte e nordeste, continuaram sendo as que apresentaram os menores índices de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Isto parece indicar que as políticas de assistência social, como o Bolsa Família, podem ter tido um impacto

importante sobre as crianças e adolescentes nas regiões menos desenvolvidas, o que permitiria salientar que tal vez o que precisamos é de mais Estado de Bem-Estar e menos repressão.

Quando a análise se volta especificamente para a região norte temos os seguintes números:

TABELA 2: Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nos estados da região norte, em termos absolutos e percentuais.

REGIÃO	POPULAÇÃO	2010	%	2011	%	2012	%	2013	
	ADOLESCENTE								
ACRE	99.507	191	0,192	397	0,399	337	0,339	405	0,407
AMAPÁ	92.351	86	0,093	105	0,114	65	0,070	98	0,106
AMAZONAS	461.477	67	0,015	180	0,039	169	0,037	139	0,030
PARA	981.494	289	0,029	361	0,037	384	0,039	369	0,038
RONDONIA	190.327	189	0,099	214	0,112	146	0,077	235	0,123
RORAIMA	59.977	29	0,048	32	0,053	39	0,065	171	0,285
TOCANTINS	172.620	123	0,071	170	0,098	124	0,072	137	0,079
TOTAL	2.057.753	974	0,548	1.459	0,0853	1.264	0,698	1.554	1,069

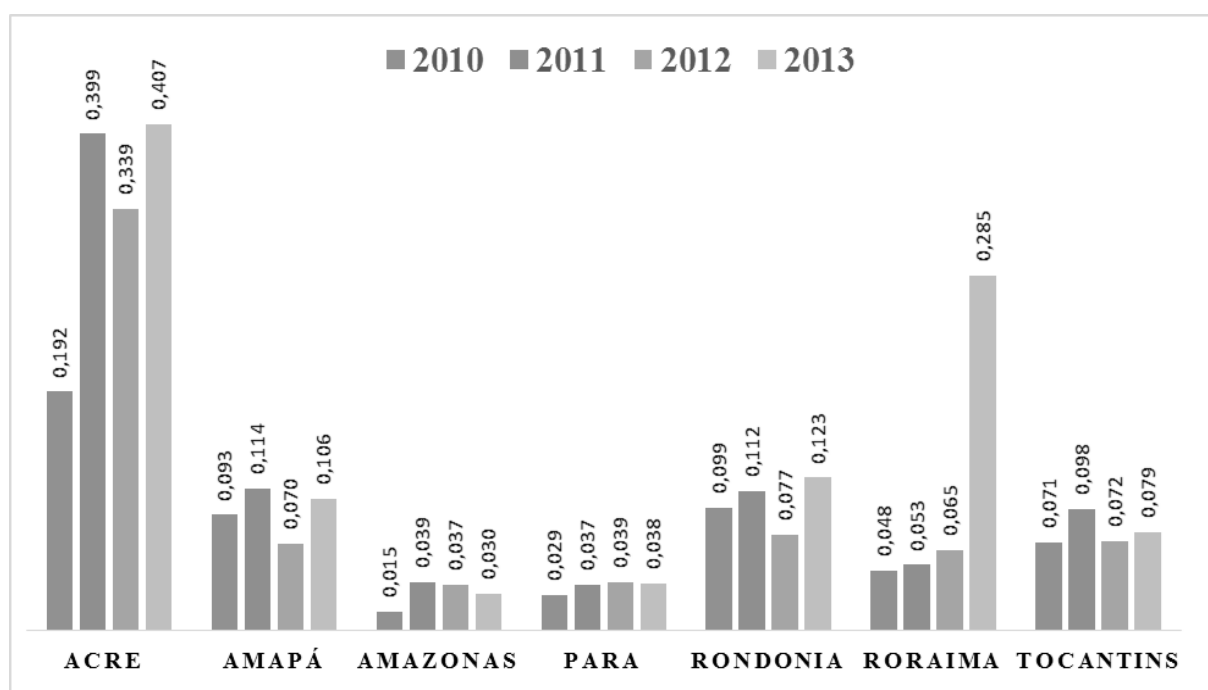
FONTE: SINASE 2010; 2011; 2012; 2013/Elaboração própria

Ao analisar os estados da região Norte, nota-se que o estado do Acre passou de 191 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em 2010 para 405 em 2013, significando um aumento de 112% enquanto o crescimento na região foi de 61,70%. No estado do Amapá, o total de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas foi de 86 para 98 entre 2010 e 2013, representando quase 14% de aumento. O estado Amazonas possuía no ano de 2010 um total de 67 de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, todavia esse número elevou-se para 139 em 2013, significando um crescimento de 107%, o aumento nos Estado do Pará e Rondônia foi de 23,8% e 24,34%, respectivamente. Roraima, o menor estado da região norte em termos populacionais, possuía em 2010 o menor número de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas com 29 adolescentes passando para 171 em 2013, ou seja, um crescimento de aproximadamente 500%. No único Estado que teve uma tendência decrescente entre 2010 e 2013 foi Tocantins iniciando com 170 adolescentes e terminando com 137.

Como se observa o crescimento de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas aumentou significativamente nos Estados do Acre, Amazonas e Roraima, e tiveram um crescimento bastante abaixo da média regional e nacional Pará e Rondônia e um descenso no estado de Tocantins.

Se entre esses anos não se observa uma diminuição dos programas sociais no Estados que mais cresceram, como explicar este fenômeno? Embora seja necessário aprofundar a análise, parece estar relacionado ao brutal aumento da violência nesses estados e ao aprofundamento de uma onda conservadora que se destaca no país e, especificamente, na região norte. Só para termos uma ideia, de acordo com o mapa da violência 2016, entre 2004 e 2014 o número de homicídios por armas de fogo – HAF, aumentou entre 16,2% em Rondônia e 233% no Amazonas, sendo um crescimento médio na região de 120%.

GRÁFICO 2: Percentual de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas nos estados da Região Norte nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.



FONTE: SINASE 2010; 2011; 2012; 2013/Elaboração própria

Como pode ser observado no gráfico anterior o percentual de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nos estados da região norte em relação à população total de adolescentes dos respectivos estados, segundo o CENSO de 2010, excetuando os estados de Acre e Roraima, existe uma tendência de estabilidade ou seja, nos últimos anos os atos infracionais não tem aumentado como sustenta a propaganda neoconservadora, inclusive em alguns estados diminuiu, como foi no Estado de Pará que entre os anos de 2012 e 2013 caiu um 4%.

Por fim diante do exposto, percebe-se que os números dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na região norte são relativamente baixos, pois, como podemos se observar nos gráficos e tabelas anteriores nenhum dos estados da região possui valores



acima de 0,12%, só o caso de Roraima em 2013 supera esse percentual. Nesse sentido, só o Estado do Acre extrapola, durante todos os anos, esse valor, todavia, não supera 0,41%.

#### 4 ATO INFRACIONAL E CRIMES HEDIONDOS NA REGIÃO NORTE

Até aqui a análise teve como eixo os dados sobre atos infracionais em geral, ou seja, se incluem nos atos infracionais os considerados leves e que neste item chamaremos de “Outros”<sup>1</sup>. Por outro lado, situaremos os atos infracionais considerados graves que são a base das alegações dos projetos que pretendem reduzir a maioria penal, ou seja, homicídios, sequestros, latrocínios e estupro, tipificados como crimes hediondos.

TABELA 3: Atos infracionais considerados hediondos nos estados da Região Norte.

Estados	Hediondos			Outros		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
<b>Acre</b>	15	120	74	132	344	333
<b>Amazonas</b>	22	29	26	22	140	113
<b>Amapá</b>	33	11	14	70	54	140
<b>Para</b>	72	80	110	254	309	350
<b>Rondônia</b>	65	22	22	205	124	214
<b>Roraima</b>	3	11	7	33	28	32
Tocantins	47	33	23	92	91	120
<b>TOTAL</b>	257	306	276	1.013	1.090	1.302

FONTE: SINASE 2011, 2012 e 2013/Elaboração própria

Como pode ser observado entre 2011 e 2013 os atos infracionais considerados hediondos tiveram um aumento de 7,4% enquanto os atos infracionais considerados leves aumentaram, no mesmo período, 28,5%. No ano de 2011 os atos infracionais corresponderam a 20,23% do total, no ano de 2012 representaram 21,91%, contudo no ano de 2013 o total foi de 17,49, ou seja, houve redução de 4,42% em relação ao ano anterior.

Se analisamos os crimes hediondos segundo a tipologia obtemos os seguintes dados:

<sup>1</sup> Outros: porte de arma de fogo, roubo, furto, tentativa de homicídios, tráfico, tentativa de roubo, lesão corporal, busca e apreensão, ameaça de morte, tentativa de latrocínio, receptação, formação de quadrilha, dano, atentado violento ao pudor, porte de arma branca, estelionato e outros sem informações.

Tabela 4: Atos Infracionais considerados hediondos na Região Norte.

ANOS	HOMICIDIO	LATROCÍNIO	ESTUPRO	SEQUESTRO
<b>2011</b>	196	34	22	05
<b>2012</b>	115	37	23	09
<b>2013</b>	198	49	28	02

FONTE: SINASE 2011, 2012 e 2013/Elaboração própria

Na tabela 04, podemos observar que entre os atos infracionais tipificados como hediondos, o menos corrente é o sequestro, pois nos anos de 2011, 2012 e 2013 totaliza 16 casos, ou seja, a participação de adolescentes nos sequestros é insignificante. Os atos infracionais como latrocínios e estupro correspondem ao total de 120 e 73 respectivamente. Estes atos infracionais são considerados hediondos, sendo usados como justificativa para a redução da maioridade penal e, conseqüentemente, segundo o discurso neoconservador, de redução da criminalidade. Os dados do SINASE parecem corroborar o que Sposato argumenta, já que em três anos o número de crimes hediondos em toda a região norte aumentou 7,4%, o que representa 0,04% dos adolescentes da região norte. Parece que enviar os adolescentes à cadeia a partir dos 16 anos não representará nenhuma possibilidade de diminuição da violência na região norte. O homicídio, como indicado na tabela 4, é o mais recorrente nos anos em análise.

No entanto, o Mapa da Violência em 2011, constatou a existência de 5.642 homicídios de crianças e adolescentes na Região Norte e o SINASE indicou 196 homicídios praticados por adolescentes o que representa 3,47% do total de mortes, ou seja, estes dados, ainda que não comparáveis imediatamente, permitem desenhar um panorama da violência social da região norte e da praticamente nula incidência dos crimes hediondos no contexto geral.

## 5 CONCLUSÃO

Como observamos ao longo do trabalho os dados do SINASE mostram claramente que os argumentos utilizados pelos neoconservadores no sentido de diminuir a violência na sociedade com a redução da maioridade penal são insustentáveis, ou seja, esta proposta é baseada em dados do senso comum e de uma mistificação alienadora.

O que parece estar definindo o senso comum não são os dados objetivos nem uma discussão pública que se pretenda racional, mas manipulações do poder que só são compreensíveis à luz do projeto de ataque à Constituição Federal de 1988, onde os adolescentes entre 16 e 18 anos

são estereotipados como tendo condutas *desviantes* que precisam ser punidas, sem importar que o mais provável seja que os adolescentes que cometerem atos infracionais estejam iniciando uma carreira no crime ou passem a engrossar as estatísticas de mortos como mostram os mapas da violência no Brasil. Como se perfila a atual conjuntura parece que os ataques à CF de 1988 e ao ECA se aprofundarão, por isso é preciso reafirmar “Mais ECA, menos redução da maioridade penal”.

### REFERÊNCIAS

- ARIÉS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro; LCT, 1978.
- BECHER, Franciele. **Os “menores” e a FUNABEM: influencias da ditadura civil-militar brasileira**. 2011.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Lei federal nº8069 de 13 de julho de 1990. 9 ed. Brasília: Edições Câmara, 2010.
- D24AM. **Reincidência no Sistema Socioeducativo do Amazonas é de 5%, aponta SEJUSC**. Manaus, 2015. Disponível em: <<http://new.d24am.com/noticias/amazonas/reincidencia-sistema-socioeducativo-amazonase-5-aponta-sejusc/136918>>. Acesso em: 25 abr. 2015.
- DATAFOLHA. **87% aprovam redução da maioridade**. São Paulo, 2015. Disponível em: <[datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646200-87-aprovam-reducao-da-maioridade.shtml](http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646200-87-aprovam-reducao-da-maioridade.shtml)>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e Formação profissional**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ISHIDA, Válder Kenji. Estatuto da Criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NERI, Aline Patrícia. **A eficácia das medidas socioeducativas aplicadas ao jovem infrator**. Barbacena: UNIPAC, 2012.

NOGUEIRA, Paulo Lucio. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. São Paulo: Saraiva, 1991.

OLIVEIRA, Thalissa Corrêa de. **Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro**. Faculdade de Direito de Valença, 2013. Disponível:

<[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2013/RID\\_2013\\_24.pdf&gws\\_rd=cr&ei=SE-ZWLYhh8TABILOi7AL](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2013/RID_2013_24.pdf&gws_rd=cr&ei=SE-ZWLYhh8TABILOi7AL)> Acesso em 10/2016.

OLIVEIRA, Thalissa Corrêa de. **Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente com ênfase no ordenamento jurídico brasileiro**. Faculdade de Direito de Valença, 2013. Disponível:

<[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2013/RID\\_2013\\_24.pdf&gws\\_rd=cr&ei=SE-ZWLYhh8TABILOi7AL](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2013/RID_2013_24.pdf&gws_rd=cr&ei=SE-ZWLYhh8TABILOi7AL)> Acesso em 10/2016.

PALAZZO, Ludimila; VOLPI, Mario. (Org). **O direito de ser adolescente**: Oportunidade para reduzir a vulnerabilidade e superar desigualdades. Brasília, DF: UNICEF, 2011.

PASTORELLI, I. M. **Manual de Imprensa e de mídia do Estatuto da criança e adolescente**. São Paulo, Orange Star, 2001.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. (2010) Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil, **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, Aug. Available from <<http://www.scielo.br/scielo.php>. Access on 27 Jan. 2015.

PRIORE, Mary del (Org). **História das Crianças no Brasil**. 7º ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil hoje – Desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1993.

SAWAIA, Bader. (Org). **As artimanhas da exclusão social**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do serviço social**. Rev. Katálisis [online]. 2007, vol. 10, n.spe, pp. 15-25. ISSN 1982-0259.

SPOSATO, Karyna Batista. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE**. Brasil-DF: CONDADA, 2006.

TJDFT. **Infância e Juventude:** Medidas Socioeducativas. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/informacoes/medidas-socioeducativas-1>>. Acesso em 14 nov. 2015.

VOLPI, Mario (Org). **O adolescente e o ato infracional**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.